
“QUANDO A PESSOA NASCE COM UM DOM, AÍ JÁ VEM COM ELE!”:

Dona Salete e o ofício de parteira entre os Xukuru-Kariri¹

“WHEN A PERSON IS BORN WITH A GIFT, THEN IT COMES WITH IT!”:

Dona Salete and the role of midwife among the Xukuru-Kariri

Adauto Santos da Rocha²

Vânia Maria Losada Moreira³

Resumo

Reconhecido oficialmente em 1952, o povo Xukuru-Kariri, habitante em Palmeira dos Índios, município do Semiárido/Agreste alagoano, foi contemplado com a aquisição de uma faixa territorial pelo então Serviço de Proteção aos Índios (SPI) para a formação da Aldeia Fazenda Canto. A partir de 1979, em razão da insuficiência territorial e de outros processos políticos, os indígenas mobilizaram-se para retomarem uma propriedade considerada sagrada que estava sob a posse da Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios, denominada como Mata da Cafurna. No íterim do reconhecimento estatal e de retomadas territoriais ocorridas nas últimas décadas do século XX, a indígena Maria da Salete Souza, conhecida como Salete Santana e “Dona” Salete, atualmente habitando na Aldeia Mata da Cafurna, exerceu o ofício de parteira por muitos anos até ser contratada para atuar formalmente pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), auxiliando parturientes. A trajetória da “Dona” Salete foi marcada por diversas ocupações entre os Xukuru-Kariri, pois, além de ter trabalhado em uma função extremamente importante para o bom nascimento dos novos indígenas, constituiu grupos de enfrentamento contra capangas e pistoleiros contratados por fazendeiros para impedirem o avanço das retomadas de terra, tão importantes para possibilitar a permanência dos novos integrantes recém-nascidos junto ao povo. Desse modo, entrecruzar as distintas atuações da “Dona” Salete com os registros oficiais possibilitará entendermos os meandros internos de atuação do Estado entre os Xukuru-Kariri e a necessidade de reconquistar territórios

¹Esse texto é uma versão revista e ampliada do que foi publicado em (GUEDES; MONTENEGRO; SILVA, 2021) com o título: “Salete Xukuru-Kariri: entre partos, “ciências” e mobilizações”. Contudo, acreditamos que a publicação como artigo nessa revista possa facilitar o contato com demais pessoas interessadas na temática abordada.

²Graduado em História pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus III, em Palmeira dos Índios; Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Professor colaborador na Especialização *Lato Sensu* em Ensino de História, ofertada pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus III; Membro do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL); Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: adautorocha49@gmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9458-5972>

³Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pela Stanford University, Estados Unidos, e pelo Consejo Superior de Investigación Científica, Espanha; Professora Titular da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Orientadora de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em História (PPHR) da UFRRJ; Pesquisadora 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Cientista do Nosso Estado (CNE), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ); Dedicar-se à pesquisa em História Social e Política, com ênfase na História dos Indígenas (Brasil – séculos XVIII e XIX); Participa de redes de discussão sobre a questão indígena no período colonial e no processo de formação dos Estados nacionais da América Latina, envolvendo investigadores de diferentes instituições e países; Coordena a rede colaborativa de investigação e produção de dados históricos – Vilas Indígenas Pombalinas (VIP). E-mail: vlosada@ufrrj.br. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-0661-499X>.

invadidos por posseiros e fazendeiros interessados na ampliação da agropecuária e na concentração fundiária, símbolos de poder e fortalecimento das alianças políticas no interior alagoano.

Palavras-chave: Povo Xukuru-Kariri. Reconhecimento. Ciências. Mobilizações.

Abstract

Officially recognized in 1952, the Xukuru-Kariri people, inhabiting Palmeira dos Índios, municipality of the Semiarid/Agreste region of Alagoas, was awarded the acquisition of a strip of land by the then Indian Protection Service (SPI) for the formation of Aldeia Fazenda Canto. From 1979, due to territorial insufficiency and other political processes, the indigenous people mobilized to retake a property considered sacred that was under the possession of the Municipality of Palmeira dos Índios, known as Mata da Cafurna. In the meantime of state recognition and territorial retakes that took place in the last decades of the 20th century, the indigenous Maria da Salete Souza, known as Salete Santana and “Dona” Salete, currently living in the Mata da Cafurna village, worked as a midwife for many years until being hired to work formally by the National Indian Foundation (FUNAI), helping parturients. The trajectory of “Dona” Salete was marked by several occupations among the Xukuru-Kariri, as, in addition to having worked in an extremely important role for the good birth of the new indigenous people, she formed groups to fight against thugs and gunmen hired by farmers to prevent the advance of land repossessions, so important to enable the permanence of new newborn members among the people. In this way, interweaving the different actions of “Dona” Salete with official records will allow us to understand the internal intricacies of the State's actions among the Xukuru-Kariri and the need to reconquer territories invaded by squatters and farmers interested in expanding agriculture and land concentration, symbols of power and strengthening of political alliances in the interior of Alagoas.

Keywords: Xukuru-Kariri people. Recognition. Science. Mobilizations.

Considerações iniciais

Este texto foi escrito a partir de pesquisas documentais ocorridas nos acervos do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), sediado na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Campus III; no acervo do Museu do Índio, sediado na cidade do Rio de Janeiro; e a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas nos territórios do povo indígena Xukuru-Kariri, habitante em Palmeira dos Índios, Semiárido/Agreste em Alagoas, com ênfase, nesse caso em específico, para as Aldeias Mata da Cafurna e Fazenda Canto. Entre a documentação escrita e as entrevistas, um aspecto prevaleceu: a falta de assistência médica nos primeiros anos de formação das referidas aldeias. Era nesse contexto que a presença de parteiras ocupava lugar de destaque dentro da sistemática local, mantendo vivo um “laboratório” alternativo que funcionava desde tempos imemoriais.

Na documentação que consultamos, reiteradas vezes os boletins e relatórios de saúde criados pelo órgão indigenista, no caso, pelo então Serviço de Proteção aos Índios (SPI) até 1967 e, a partir de então, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), informavam sobre práticas de controle epidemiológico/patológico e realização de partos por parteiras indígenas que haviam aprendido o ofício através de parentes e mulheres mais velhas que atuavam com “práticas de cura” há muitas décadas na subalternidade estatal.

ROCHA, Adauto Santos da; MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Quando a pessoa nasce com um dom, aí já vem com ele!”: Dona Salete e o ofício de parteira entre os Xukuru-Kariri. **Revista de estudos indígenas de Alagoas – Campiô**, Palmeira dos Índios, v. 1, n.1, p. 89-102. 2022.

Após selecionar informações pertinentes à pesquisa, realizamos visitas à Aldeia Mata da Cafurna com o intuito de compreender como as práticas sanitárias estiveram interligadas às mobilizações políticas indígenas pelo reconhecimento de direitos. A partir de contatos estabelecidos ao longo dos últimos anos, conhecemos a trajetória da indígena Maria da Salete Souza, uma Xukuru-Kariri que havia atuado como parteira nas Aldeias Fazenda Canto, Mata da Cafurna e entre o povo Kariri-Xocó em Porto Real do Colégio, município alagoano margeado pelo rio São Francisco. Ao longo da trajetória profissional, a entrevistada não exerceu as funções de parteira e curadora dissociadas das demandas sociais indígenas, pelo contrário, atuou incessantemente para retomar dos fazendeiros parcelas de terras que haviam sido invadidas para a criação de gados e consequente fortalecimento econômico de alguns políticos da região.

Foi entrecruzando as fontes escritas com as importantes reflexões da Dona Salete que pudemos compreender como aconteceu a formação da estrutura fundiária Xukuru-Kariri. Um processo longo e doloroso que adquiriu contornos mais fortes a partir de meados do século XX, por ocasião da atuação do Estado em Palmeira dos Índios, simbolizada pela instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos na Aldeia Fazenda Canto. Esse será, portanto, o primeiro tema discutido nas partes posteriores do texto. Contudo, em todas as partes seguintes, entrecruzamos dados coletados em fontes oficiais com os que foram informados pela entrevistada, demonstrando como as mobilizações indígenas são permeadas de sentidos que foram negligenciados pela História e pela documentação oficial.

Reconhecimento oficial e retomadas territoriais Xukuru-Kariri

Até meados do século XX, os povos indígenas em Alagoas vivam sem reconhecimento étnico oficial e, portanto, desprovidos de usarem plenamente os territórios dos antigos aldeamentos, fruto de um desdobramento da Lei de Terras de 1850, efetivada no estado em 1872 sob a alcunha de “Extinção dos Aldeamentos”⁴. A partir de mobilizações em busca de legitimidade sobre os territórios e em ação conjunta com representantes de diversos segmentos da sociedade, como a Igreja Católica Romana, representada pelo Monsenhor Alfredo Dâmaso e com o apoio político do Deputado Federal Medeiros Neto, em 1952 o

⁴A “Extinção dos Aldeamentos” em Alagoas reiterou as invasões aos territórios indígenas e legitimou a efetiva posse territorial por câmaras municipais e grileiros interessados nos territórios para ampliação da monocultura canavieira e criação de gado. Para mais informações, ver: (ROCHA, 2019, p. 184).

então Serviço de Proteção aos Índios (SPI) adquiriu uma propriedade em Palmeira dos Índios e instalou o Posto Indígena Irineu dos Santos, conforme afirmou o comerciante e escritor local Luiz B. Torres:

Só agora, cem anos depois, devido à tenacidade do cacique Alfredo Celestino, intransigente na luta por dias melhores para seus irmãos de raça, eis que o Serviço de Proteção ao Índio comprou algumas tarefas, denominadas Fazenda Canto, para onde levou os remanescentes dos primitivos senhores de Palmeira dos Índios. Pouca terra para tanta gente! Fazenda que nem de longe dá uma idéia do primitivo habitat (TORRES, 1974, p. 19).

A estrutura montada para o funcionamento do Posto Irineu dos Santos estava localizada nas cercanias de criações agropecuárias e era um fragmento territorial da fazenda do então Prefeito de Palmeira dos Índios, o senhor Manoel Sampaio Luz, conhecido como “Juca Sampaio”. Com solo paupérrimo e carente de nutrientes, as práticas agrícolas nos primeiros anos de formação da aldeia foram pouco produtivas, somadas ao estado de baixa pluviosidade anual e malversação do órgão indigenista.

Entretanto, auspiciosos em permanecer num território que legalmente lhes pertencia, os Xukuru-Kariri persistiram cultivando nas parcas roças do Posto e trabalhando de alugado para fazendeiros da região, além de atuarem sazonalmente no Sudeste e no corte de cana na Zona da Mata canavieira em Alagoas. A partir de 1952, a estrutura funcional do Posto Irineu dos Santos empenhou-se em criar condições para evitar os recorrentes deslocamentos de indígenas para trabalhos sazonais.

Nos dois primeiros anos, os dirigentes do Posto haviam adquirido animais de tração para auxiliar no preparo do solo e algumas reses para a composição do patrimônio estatal no Semiárido alagoano, afora a ordenha de vacas e novilhas com a finalidade de achatar os elevados níveis de mortalidade infantil, pois, em uma “média de (60) nascimentos anualmente, ocorr(ia) uma média anual de (40) óbitos”⁵.

Em 1954, foram iniciadas distribuições leiteiras pelo Posto aos Xukuru-Kariri. Num período de chuvas regulares, passando dos 1.000 milímetros anuais⁶, houve melhorias na alimentação do gado na Aldeia Fazenda Canto e, conseqüentemente, aumento na produção leiteira, alcançando a façanha de 100 litros ou mais em vários meses do mencionado período,

⁵Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado pela equipe do Nordeste do Conselho Nacional de Proteção aos Índios Ney Land. S/I, 30 de abril de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 293-299.

⁶Ver: (ROCHA, 2020, p. 130).

distribuídos entre indígenas e funcionários do órgão indigenista, conforme podemos observar no quadro a seguir:

ANO	MÊS	Produção leiteira no Posto Irineu dos Santos (litros).	Distribuídos aos Xukuru-Kariri (litros).	Consumo do Posto Indígena Irineu dos Santos (litros).
1954	JANEIRO	110	85	25
1954	FEVEREIRO	115	90	25
1954	MARÇO	76	50	26
1954	ABRIL	104	74	30
1954	MAIO	106	74	32
1954	JUNHO	90	76	14
1954	JULHO	115	90	25
1954	AGOSTO	120	94	26
1954	SETEMBRO			
1954	OUTUBRO	125	95	30
1954	NOVEMBRO	115	80	35
1954	DEZEMBRO	94	62	32

Produção leiteira no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1954.

Fonte: Museu do Índio/Rio de Janeiro.

Elaboração: Aduino Rocha.

A regularidade na produção/distribuição leiteira permaneceu durante alguns anos, embora o Posto Irineu dos Santos enfrentasse problemas estruturais que repercutiam no agravamento do estado social dos indígenas Xukuru-Kariri, quase sempre requisitados como mão de obra para suprir as carências deixadas pela ineficiente administração do órgão estatal. Fenômenos de ordem natural às vezes eram contributos para atribular ainda mais o cotidiano da Aldeia Fazenda Canto, como a morte de uma das novilhas do Posto em 1956, “motivada por picada de cobra venenosa”⁷.

Outros agravantes para as baixas no rebanho foram as disseminações de febre aftosa e os períodos de estiagens prolongadas, forçando os dirigentes a suspenderem a ordenha e solicitarem autorização dos superiores da 4ª Inspeção Regional do SPI (IR-4), sediada no Recife/PE, “para o refrigério das vacas em pastagem alugada a fim de atender a necessidades das crianças e o estado de magreza das mesmas vacas”⁸.

⁷Termo de morte de animais no Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 03 de setembro de 1956. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 105.

⁸Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 02 de outubro de 1957. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 158-159.

No ano seguinte e após o crítico momento de fragilidade no rebanho, o Posto Irineu dos Santos continuou o processo de retirada e distribuição de leite entre os indígenas Xukuru-Kariri, com produção regular acima dos 100 litros mensais, chegando a alcançar a façanha de produzir aproximadamente 200 litros mensais entre maio e agosto, período invernos caracterizado pela melhoria dos cercados e do gado do Posto, conforme consta nos relatórios que foram usados como base para a elaboração do seguinte quadro:

ANO	MÊS	Produção leiteira no Posto Irineu dos Santos (litros).	Distribuídos aos Xukuru-Kariri (litros).	Consumo do Posto Indígena Irineu dos Santos (litros).
1957	JANEIRO	144	113	31
1957	FEVEREIRO	162	131	31
1957	MARÇO	187	156	31
1957	ABRIL	189	162	27
1957	MAIO	197	167	30
1957	JUNHO	198	167	31
1957	JULHO	198	167	31
1957	AGOSTO	198	167	31

Produção leiteira no Posto Indígena Irineu dos Santos em 1957⁹.

Fonte: Museu do Índio/Rio de Janeiro.

Elaboração: Aduino Rocha.

Durante os períodos em que a produção leiteira diminuía, a política assistencialista da Igreja Católica Romana na Aldeia Fazenda Canto era fundamental para reduzir os óbitos de crianças recém-nascidas. Designado pelo Monsenhor Alfredo Dâmaso para conduzir as ações da igreja na aldeia, o padre holandês Ludgero Raaijmakers¹⁰ fomentou a distribuição de leite em pó após a suspensão na ordenha das vacas do Posto Irineu dos Santos, conforme informou um documento acerca da aquisição leiteira em novembro de 1957: “levo ao conhecimento desta Inspeção, que, por intermédio do Padre Ludgerio, consegui quentos [sic] quilos de leite em pó, para abastecimento dos índios”¹¹.

⁹De acordo com a documentação, após agosto de 1957 o Posto Irineu dos Santos deixou de remeter dados da produção leiteira para a IR-4, em função do precário estado envolvendo o rebanho bovino.

¹⁰Ver: (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 98).

¹¹Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado Pelo Inspetor Mário da Silva Furtado para o Chefe da IR-4, Raimundo Dantas Carneiro em 02 de novembro de 1957. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02 – Fotog. 160-161.

De acordo com as fontes consultadas, a Igreja Católica Romana distribuiu leite em pó aos Xukuru-Kariri até 1963¹². Em razão da falta de alimentos e, mais uma vez a partir de projetos pautados em políticas assistencialistas, algumas indígenas Xukuru-Kariri foram arregimentadas para estagiarem nas alas do Hospital Santa Rita, localizado na zona urbana de Palmeira dos Índios¹³. Na segunda metade do século XX a mencionada unidade hospitalar tinha um certo aparato médico e poderia viabilizar formações profissionais para parteiras e enfermeiras que atuavam autonomamente no território indígena. Além do aparato estrutural, em 1964 o Hospital dispunha de ambulância, como podemos observar na fotografia a seguir:



Hospital Santa Rita em 1964.
Foto: Autor desconhecido.
Fonte: acervo do GPHIAL.

O projeto entre o Hospital Santa Rita e a Aldeia Fazenda Canto ganhou tanta notoriedade que, em 1965, as freiras holandesas Gonny van der Lugt e Will van der Vem, da “Organização de Voluntários Holandeses”¹⁴ fomentaram um plano de trabalho para o Posto Irineu dos Santos, prevendo orientações para prevenções de doenças, construção de foças, assistência pré-natal, dentre outros benefícios que deveriam contar com a colaboração do

¹²Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de março de 1963. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 02, fotog. 171-172.

¹³“Gonny van der Lugt, analista e Will van der Vem, enfermeira, que de ha muito vêem prestando serviços no Hospital de Santa Rita, Posto de Puericultura e Maternidade, desta cidade, onde vem atendendo os índios, com resultados satisfatórios”. Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado para a Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 22 de outubro de 1964. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Disponível no acervo do GPHIAL.

¹⁴Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado para a Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR-4. Palmeira dos Índios, 22 de outubro de 1964. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Disponível no acervo do GPHIAL.

padre Ludgero, conforme consta em um documento contendo cinco metas que norteavam as etapas do projeto:

- I – Preparo de assistência pré-natal, as índias gestantes, na forma de Club das Mães, com confecções de enxovais para recém nascidos, com material fornecido pelo Padre Ludgero Raaijmakers.
- II – Assistência de enfermagem, em geral, e curativos, nos meninos da Escola, e se necessário, em residências indígenas.
- III – Encaminhamento ao médico, em caso de doenças, sem ônus para o Serviço dos índios aldeados.
- IV – Combate a verminose, por meio de construções de foças, doações de calçados, tratamento d’água e aplicação de medicamentos.
- V – Ensinamentos dos princípios de higiene e de boas maneiras, as índias e aos alunos, através de conferencias feitas na Escola do Aldeamento¹⁵.

Com amparo institucional da Igreja Católica Romana e por intermédio do Padre Ludgero Raaijmakers, diretor do Colégio Pio XII e pároco na Aldeia Fazenda Canto, a Organização de Voluntários Holandeses (Volunteer Program of Netherlands) realizou trabalhos nas áreas da educação, saúde e habitação para melhorar as condições de vida dos indígenas Xukuru-Kariri¹⁶.

As atuações das religiosas holandesas na Aldeia Fazenda Canto resultaram em estágios de indígenas Xukuru-Kariri na citada unidade hospitalar durante as décadas de 1950 e, posteriormente, com instituição das atividades na FUNAI a partir de 1967. As relações entre o Hospital e o Posto Indígena Irineu dos Santos foram fortalecidas pelas visitas semanais de duas enfermeiras ao Posto¹⁷, conforme foi registrado em um Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos:

Fichas de dados demográficos, relatam a visita de representantes do Governo Holandês e o início da campanha de combate aos vermes, dirigida pela analista e enfermeira do Hospital e Maternidade de Santa Rita, em Palmeira, começando com a construção de fossas¹⁸.

Além de medidas para prevenir doenças na Aldeia Fazenda Canto, os estágios no Hospital Santa Rita capacitaram parteiras para as atividades curativas e higienizações durante

¹⁵Idem.

¹⁶Idem.

¹⁷Carta do Diretor da Sociedade Educadora Padre Dehon, Colégio Pio XII-AL, Padre Ludgero Raaijmakers ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Major Luiz Vinha Neves em 20 de janeiro de 1965. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 06, fotog. 113-114.

¹⁸Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos enviado Pelo Inspetor Mário da Silva Furtado para o Chefe da IR-4, Raimundo Dantas Carneiro em 30 de novembro de 1964. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Mf. 167 – Fotog. 874-879.

a realização dos partos. Salete Souza¹⁹, “Dona” Salete, foi uma das estagiárias e recordou ter ido morar na Aldeia Fazenda Canto com quatro anos de idade, pois havia migrado com os pais para tentarem “uma vida melhor” em São Paulo, já que seu pai era pedreiro profissional e sua mãe trabalhava em “casas de família”. Retornaram a pedido dos avós que permaneceram em Palmeira dos Índios e haviam sido convidados a irem habitar na localidade pelo então Cacique Alfredo Celestino após a aquisição e formação da aldeia.

Quando “Dona” Salete foi convidada a atuar como estagiária no Hospital Santa Rita, já havia aprendido a realizar partos com a avó, uma experiente parteira que executava o trabalho como um “dom” oriundo da ancestralidade, conforme a entrevistada afirmou:

Quando a pessoa nasce com um dom, aí já vem com ele! Nas aldeias, nas tribos indígenas sempre tem assim, sempre é assim, se tem uma pessoa da minha família que ela tem essa intuição dela ser parteira, depois vai vir um na família, minha mãe vai ficando velha e vai cansando, não vai podendo mais fazer... Antes dela não puder fazer nada vai aparecer uma que vai fazer. Se for um curador de ramo, de reza, de fazer garrafada, essas coisas, vai vir um da família. (Foi) a minha avó, a mãe da minha mãe. Se usava muita oração, fazia muita simpatia na hora de fazer aquele parto, no começo, começava a sentir as dores, colocava uma oração no pescoço, fazia um encruzamento na barriga com os remédios, tudo isso era coisa que usava, não tinha doutor meu filho! E era as coisas que usava e funcionava²⁰.

O “dom” da “Dona” Salete serviu-lhe para realizar os primeiros partos na Aldeia Fazenda Canto, até que um dia, após ter atuado “por conta própria”, foi visitada por uma equipe composta por um médico clínico geral, um dentista e uma enfermeira enviados pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para prestar assistência médica aos aldeados. Ao longo do dia, os profissionais de saúde visitaram a residência onde havia sido realizado o parto, conversaram com a paciente e, em função do excelente trabalho realizado pela “Dona” Salete, convidaram-na a fazer parte de um projeto da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) em consórcio com o Hospital Santa Rita como parte de um estágio preparatório e não remunerado, tendo aceitado logo após a oferta:

Na Fazenda Canto eu comecei a fazer os primeiros partos. Aí daí entrou no conhecimento da FUNAI, de 6 em 6 meses vinha um ônibus com dois médicos: um dentista, um médico que consultava de tudo e uma enfermeira, aí foi quando soube que eu tinha feito esses partos, eles foram fazer visita as pessoas que tinham ganhado menino. Quando eu cheguei eles disseram: “nós quer ir lá na casa que você fez o parto”. Pois não, vamos lá! Aí eles vieram mais eu, viram ela bem, o neném também, o umbiguinho cortado tudo direitinho, aí foi quando eles disseram: “nós não pode perder uma pessoa dessa, eu vou no hospital falar pra puder essa menina,

¹⁹ Maria da Salete Souza, Dona Salete, 75 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 15/02/2019.

²⁰ Idem.

pra ela prestar atenção, olhar e aprender a fazer os exames, usar luvas.” Ai foi quando eles me levaram e eu fiquei no hospital aí, era no tempo de “Dona” Gerusa, não sei se ela ainda é viva, no tempo da Ciça, eram essas parteiras que viviam no hospital, foi quando eu comecei a estagiar e aprender a fazer os toques direitinho, os exames, daí eu já tinha experiência pela minha avó, que ela era muito curiosa e sempre, quando uma mulher precisava, chamavam ela, daí eu continuei até quando parei de trabalhar²¹.

Finda o período de estágios e a entrevistada estava à procura de trabalho, tendo surgido uma proposta para trabalhar pela FUNASA em Porto Real do Colégio, Alagoas, no Posto Indígena Padre Alfredo Dâmaso, criado para aldear o povo indígena Kariri-Xocó²². Durante a estada na localidade, foi designada para acompanhar os indígenas em um processo de retomadas territoriais de uma propriedade sob a posse do Estado, conhecida como “Sementeira”²³.

Em razão de ter uma formação profissional e de ocupar um espaço social deveras relevante, apta a realizar primeiros socorros e cuidar de enfermos, cumpriu um importante papel durante os conturbados momentos envolvendo um processo de retomadas territoriais, pois, os riscos de confronto entre indígenas, fazendeiros, capangas e forças de segurança pública tornavam-se iminentes, eventualmente ocasionando ferimentos e mortes. Após o período de experiência profissional, a entrevistada permaneceu entre os Kariri-Xocó durante aproximadamente oito anos:

Lá eles estavam em retomada também da CODEVASF, da Sementeira, onde era a Sementeira, aí os índios tinham entrado lá. Mandaram me chamar pra eu ficar dando assistência a eles, inclusive eu fui uma experiência, eles fazendo uma experiência mais ou menos três meses, aí eu fui, com a história desses três meses fiquei quase oito anos lá²⁴.

A atuação entre os Kariri-Xocó foi decisiva para complementar as experiências advindas com o estágio no Hospital Santa Rita. Quando não conseguia tratar de algum enfermo em Porto Real do Colégio, sobretudo pela falta de insumos e equipamentos adequados, acompanhava os pacientes para Propriá e Aracajú, já que Porto Real do Colégio é um município limítrofe entre Alagoas e Sergipe, por outro lado, também realizava remoções e transferências para unidades hospitalares em Penedo, Alagoas. No ínterim dos anos de

²¹Maria da Salete Souza, Dona Salete, 75 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 15/02/2019.

²²Os contatos “inter-étnicos” entre os Kariri-Xocó e os Xukuru-Kariri permanecem e são fortalecidos em períodos de rituais religiosos fechados, conhecidos como Ouricuri.

²³Ver: (FERREIRA, 2020, p. 130).

²⁴Maria da Salete Souza, Dona Salete, 75 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 15/02/2019.

trabalhos dispensados aos Kariri-Xocó, tornou-se uma experiente e compromissada profissional, não apenas com o exercício da cura, mas, sobretudo, com as mobilizações sociohistóricas indígenas em razão de melhorias territoriais, sociais, econômicas e habitacionais.

Foi a partir do conhecimento acerca de uma retomada de terras realizada pelos Xukuru-Kariri, em um conturbado momento sociopolítico, que “Dona” Salete retornou à Palmeira dos Índios como contributo ao movimento dos “parentes”, pois, em fins de 1979 o então Prefeito Enéas Simplício havia informado pretender doar uma reserva florestal que pertencia aos indígenas para a construção de uma “Escola superior”²⁵. Sobre a saída de Porto Real do Colégio para contribuir com a retomada da Mata da Cafurna a entrevistada afirmou:

Nós não tinha espaço, nós não podia derrubar a Mata, que era a nossa reserva, é aonde a gente faz o nosso ritual, e então nós não tinha aonde trabalhar, não tinha como. E nós viemos quando eles retomaram a Mata foi porque o prefeito tava negociando essa mata para vender, aí eles quando souberam aí vieram da Fazenda Canto pra cá. Eu tava em Colégio nesse tempo, quando eles mandaram me avisar lá, não tinha telefone, não tinha nada disso, pra eu saber tinha que uma pessoa ir lá avisar, aí eu vim com um grupo de dez índios, depois eu vim com mais quinze, eu passava dois, três dias e voltava, aí passava lá oito dias e voltava de novo, até que nessa época, aí eu consegui pedir a minha transferência pra voltar pra cá. Pedi a FUNAI e eles não me deram, eu vim por conta própria. Fiz uma casinha de palha e fiquei morando mais eles aqui e tirando lenha, caçando de noite, pescando piaba e assim a gente vivia²⁶.

As contradições em negociar a área acentuaram-se quando os Xukuru-Kariri tomaram conhecimento de que as tratativas envolviam uma área reservada e considerada sagrada pelos indígenas por usarem-na para cultuar os antepassados no ritual do Ouricuri e para a realização de debates políticos fechados²⁷. Para os indígenas, a Mata da Cafurna representa um espaço “especial”, conforme foi informado pelo antropólogo José Adelson Lopes Peixoto (2019):

O território da Mata da Cafurna é visto como especial para os Xucuru-Kariri porque a floresta em si possui significado religioso, uma vez que a cerimônia do “ouricuri” deve ser realizada no interior de uma floresta, onde os índios acreditam viver os “encantados”. A retomada da área se deu por índios oriundos da Aldeia da Fazenda Canto que já tinha seu espaço comprometido pelo excesso populacional. Essa conquista, porém não representou a satisfação dos anseios do povo Xucuru-Kariri que continuaram reivindicando um quantitativo maior de terras para assegurar o

²⁵“Palmeira dos Índios poderá permanecer sem escola superior”. *In*: Jornal Tribuna de Alagoas, Palmeira dos Índios, 30/11/1979. Disponível no acervo do GPHIAL.

²⁶Maria da Salete Souza, Dona Salete, 75 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 15/02/2019.

²⁷Em outro texto, discutimos de maneira aprofundada sobre a situação fundiária e a arena de disputas entre o poder municipal de Palmeira dos Índios e os Xukuru-Kariri, relacionando com o Ouricuri. Neste caso, ver: (ROCHA; SILVA, 2020).

desenvolvimento de atividades agrícolas que por sua vez permitem o sustento das famílias ali residentes (PEIXOTO, 2019, p. 75).

Após o retorno para Palmeira dos Índios, “Dona” Salete continuou realizando partos e contribuindo para controlar e erradicar surtos epidêmicos e enfermidades que frequentemente acometiam os indígenas, usando como soluções alternativas remédios provenientes de recursos naturais. Sob a posse de um kit médico doado pela FUNAI, a entrevistada não escolhia hora nem lugar para exercer o dom adquirido através da memória e aperfeiçoado com os treinamentos oferecidos pelo órgão indigenista:

Fazia lambedor, fazia garrafada, fazia os chás, fazia defumador. Naquele tempo da pobreza, era uma esteirinha, às vezes era forrado um paninho dentro dos matos, quando elas não aguentavam mais chegar aos destinos era aqui mesmo! Eu fazia, eles me deram uma pastinha, a FUNAI, que tinha uma tesoura, tinha uma pinçasinha de vaziar bolsa e tinha duas pinças. Essas eram as ferramentas que eu tinha, eu andava com luvas, com cordão²⁸.

A “ciência alternativa” utilizada por “Dona” Salete serviu para salvar muitas vidas Xukuru-Kariri quando o Estado falhava no envio de equipes médicas capacitadas para desempenhar tratamentos de enfermidades, controle epidemiológico e realização de partos. Em uma época marcada por desestruturação e malversação do órgão indigenista e, ainda, pela falta de insumos e estruturas hospitalares que, efetivamente, tratassem os indígenas, ser “mulher de ciência” era uma dádiva oferecida as “parentes” que se deslocavam a pé aos centros urbanos para darem à luz e, muitas vezes, não conseguiam chegar aos destinos, sendo necessário realizar o parto em uma “esteirinha” “dentro dos matos”.

Considerações Finais

O desfecho dos tratamentos de cura fortaleceram o “grupo étnico”²⁹ e foram utilizados por muitas décadas. A capacitação profissional ofertada pelo Hospital Santa Rita foi muito proveitosa, pois, embora fizesse parte de um projeto político-assistencialista, qualificou cientificamente parteiras que eram subalternizadas e marginalizadas pelo sistema de saúde oficial.

²⁸Maria da Salete Souza, Dona Salete, 75 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 15/02/2019.

²⁹Para o antropólogo Fredrik Barth, “grupos étnicos” são comunidades com organização, lógica e dinamicidade próprias, circunscritos em territórios com fronteiras móveis e porosas, propícias para trocas de experiências com grupos e comunidades distintas. Para mais informações, ver: (BARTH, 2011).

As “lembranças evocadas”³⁰ pela entrevistada sobre a formação profissional e disposição para retomar territórios ocupados pelo poder público ou por fazendeiros invasores reforçam a urgente necessidade de mobilizações para a efetivação de direitos conquistados em 1988 na chamada “Constituição Cidadã” e reiteradamente violados pelo Estado através de agentes e instituições públicas.

A extrema desigualdade fundiária Xukuru-Kariri diante das fazendas ocupadas por criadores de gado em Palmeira dos Índios foi fundamental para a inserção da “Dona” Salete nas mobilizações por reconhecimento indígena e retorno territorial, servindo de exemplo para as futuras gerações. Desse modo, a indígena soube utilizar a “ciência” em favor dos Xukuru-Kariri e dos Kariri-Xocó não apenas no sentido estrito de cura, mas também, no âmbito político.

A aldeia era o “laboratório” de práticas sanitárias e de conflitos territoriais nos quais “Dona” Salete era partícipe. Os distintos significados de “ciência” para a entrevistada repercutiram nas decisões tomadas ao longo da trajetória profissional, pois, se por um lado era “guardiã” da “ciência” ensinada e repassada pelos mais velhos através da memória³¹ e da história oral, por outro, havia se qualificado com a ciência institucionalizada, atendendo aos anseios e desígnios do Estado. Essa é a indígena Salete Santana, parteira, mulher de “ciências” e, acima de tudo, mobilizada pela efetivação de direitos garantidos constitucionalmente.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne (Orgs.). **Teorias da etnicidade**: seguido de grupo étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: EdUNESP, 2011, p. 185-227.

FERREIRA, Gilberto Geraldo. **Educação formal para os índios**: as escolas do serviço de proteção aos índios (SPI) nos postos indígenas em Alagoas (1940-1967). Maceió: Editora Olyver, 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

³⁰Sobre o conceito de “lembranças evocadas”, ver: (HALBWACHS, 2003, p. 54).

³¹Para compreendermos a importância da memória e da história oral no repasse de informações entre comunidades etnicamente diferenciadas, sobretudo no que diz respeito às lembranças dos mais velhos, ver: (ALBERTI, 2004; HALBWACHS, 2003).

PEIXOTO, José Adelson Lopes. **Memórias e imagens em confronto: os Xukuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá.** Maceió: Editora Olyver, 2019.

ROCHA, Aduino Santos da. Salete Xukuru-Kariri: entre partos, ciências e mobilizações. In: GUEDES, Raquel da Silva; MONTENEGRO, Rosilene Dias; SILVA, Fábio Ronaldo da (Orgs.). **História das ciências e tecnologia: onde estão as mulheres?.** Campina Grande: Editora Amplla, 2021, p. 192-204.

ROCHA, Aduino Santos da. Xukuru-Kariri: migrações e viagens para trabalho, pesquisas no acervo do GPHIAL. In: PEIXOTO, José Adelson Lopes; RODRIGUES, Yuri Franklin dos Santos (Orgs.). **História, imagem e memória de Palmeira dos Índios no acervo do GPHIAL.** Maceió: Editora Olyver, 2019, p. 172-202.

ROCHA, Aduino Santos da Rocha. **Xukuru-Kariri: migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990).** Maceió: Editora Olyver, 2020.

ROCHA, Aduino Santos da; SILVA, Edson. Xukuru-Kariri: política, mobilizações e conquistas na segunda metade do século XX. In: BEZERRA, Deisiane da Silva; PEIXOTO, José Adelson Lopes; ROCHA, Aduino Santos da (Orgs.). **Memória e identidade indígena em Alagoas.** Maceió: Editora Olyver, 2020, p. 20-34.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano.** Maceió: EdUFAL, 2013.

TORRES, Luiz. B. **Os índios Xukuru e Kariri em Palmeira dos Índios.** Palmeira dos Índios: Indusgraf Indiana, 1974.

ROCHA, Aduino Santos da; MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Quando a pessoa nasce com um dom, aí já vem com ele!”: Dona Salete e o ofício de parteira entre os Xukuru-Kariri. **Revista de estudos indígenas de Alagoas – Campiô**, Palmeira dos Índios, v. 1, n.1, p. 89-102. 2022.